

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Deputado Paulo Azi (União-BA), relator da PEC da escala

Custo do fim da 6x1 é menos da metade dos incentivos

O gasto de até R\$ 267,2 bilhões que, segundo a Confederação Nacional da Indústria, seria gerado com o fim da escala de trabalho 6x1 representa 43,6% dos incentivos fiscais que o país concederá em 2026.

Setores empresariais negociam com o Congresso Nacional a possibilidade de aumentar ainda mais as isenções de impostos — gastos tributários, no jargão oficial — para compensar despesas com a contratação de mais funcionários ou pagamento de horas extras.

O orçamento federal de 2026 prevê que deixarão de ser arrecadados R\$ 612,8 bilhões em impostos — só a Previdência deixará de receber R\$ 97,1 bilhões, 30,6% do déficit do Regime Geral da Previdência Social.

Impostos não pagos

A maior parte das isenções já beneficia pessoas jurídicas, empresas e entidades sem fins lucrativos (entre elas, universidades e hospitais particulares).

Só em isenções do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Receita deixará de arrecadar R\$ 117,8 bilhões este ano.

Pequenas e médias empresas inscritas no Simples pagariam R\$ 34,4 bilhões a mais de IR caso não fossem beneficiadas pelo programa.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados.



Erika Hilton (PsoL-SP) é autora de uma das propostas

Chapéu dos outros

Empresas beneficiadas por incentivos fiscais da Sudene e Sudam deixarão de pagar R\$ 26 bilhões em impostos federais segundo o orçamento de 2026.

Mesmo a população que não trabalha de carteira assinada subsidia o pagamento de assistência médica e odontológica de funcionários de empresas privadas — graças a isso, estas deixarão de recolher R\$ 13,6 bilhões.

O investimento empresarial em informática, automação e inovação tecnológica gerou incentivos fiscais que chegarão a R\$ 14 bilhões.

Agro colhe subsídios

Isenções relacionadas ao PIS-Pasep e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido somam 64 bilhões. Alguns dos subsídios ao agro chegam a R\$ 33 bilhões (o valor inclui benefícios aos que investem em papéis do agro e do mercado imobiliário, mas deixa de fora isenções a produtos da cesta básica). Outra campeã de incentivos é a Zona Franca de Manaus: R\$ 34,8 bilhões.

Desonera e onera

A Previdência representa um capítulo específico e importante dos incentivos fiscais. Renovada no ano passado pelo Congresso, a chamada desoneração de 17 setores da economia fará com que o resto da sociedade banque os R\$ 7,6 bilhões que deixarão de entrar para pagar aposentados e pensionistas.

Déficit

Também instituída pelo Congresso, a diminuição do pagamento à Previdência por parte da maior parte das prefeituras vai deixar um buraco de R\$ 5,5 bilhões. Em troca da exportação de produtos rurais, o agronegócio deixará de entregar R\$ 24 bilhões para o cada vez mais combatido sistema previdenciário.

Compensação

Empresas inscritas no Simples não pagarão R\$ 22,5 bilhões à Previdência; entidades privadas reconhecidas como filantrópicas, R\$ 22,7 bilhões (são dispensadas de quitar a parte patronal; ou seja, a aposentadoria de seus funcionários será parcialmente bancada por empresas que fizeram estes pagamentos).

Bolsa rico

Há também uma espécie de Bolsa Família destinado aos ricos e à classe média, pessoas que podem pagar planos de saúde e escola e médicos particulares. O desconto no Imposto de Renda que beneficia estes brasileiros vai representar R\$ 41,6 bilhões. Com seus impostos, o pobre subsidia o médico e a escola dos que têm grana.

Alerta

Os resultados da pesquisa AtlasIntel que registraram um empate técnico, em um segundo turno, entre o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ligaram o alerta no Planalto e reforçaram a posição dos que condenaram o apoio do petista ao desfile da Acadêmicos de Niterói.

Os Xs da questão

Há a certeza de que é preciso tentar controlar as decisões tomadas pelo primeiro casal e que erros como o ocorrido no Sambódromo não podem ser repetir. Mas há dois problemas: Lula e Janja. Ele insiste em tomar algumas decisões emocionais, e ela tende a não ouvir ninguém. Foi um custo convencê-la a não desfilar.



Flávio empata com Lula num eventual segundo turno

Flávio chega ao empate no 2º turno e ameaça Lula

Pesquisa mostra senador encostado no presidente

Por Beatriz Matos

A pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, realizada entre 19 e 24 de fevereiro, mostra um empate técnico entre o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) em um eventual segundo turno de 2026 — com 46,3% para Flávio e 46,2% para Lula, dentro da margem de erro.

É a primeira vez, nesta série, que o nome do senador encosta a ponto de ultrapassar numericamente o petista na simulação direta. O levantamento ouviu 4.986 respondentes.

O movimento aparece com nitidez na linha do tempo do confronto Lula x Flávio: em dezembro, Lula tinha 53% contra 41% do senador; em janeiro, a vantagem caiu para 49,2% a 44,9%, e agora chega ao 46,2% a 46,3%.

Para o cientista político Eduardo Galvão, diretor da Burson e professor do IbmeC-DF, o quadro combina desgaste de governo e reorganização do outro campo.

“A erosão de três pontos de Lula e o empate técnico com Flávio Bolsonaro no segundo turno parecem resultar de uma combinação de fatores. Há, sim, um desgaste natural de governo, sobretudo quando a avaliação positiva perde intensidade e a desaprovação se mantém elevada. Em contextos assim, o eleitorado tende a testar alternativas competitivas. Ao mes-

mo tempo, há sinais de consolidação do campo bolsonarista em torno de um nome viável. Não se trata necessariamente de uma grande migração ideológica do eleitorado, mas de um realinhamento dentro de blocos já polarizados, com parte do eleitor volátil reagindo mais ao humor econômico e à percepção de desempenho do governo do que a mudanças programáticas profundas.”

Primeiro turno

Lula, porém, lidera todos os cenários de primeiro turno em que aparece.

Para o professor Arthur Wittenberg, do IbmeC Brasília, o empate não se explica apenas por oscilação: “Essa queda de Lula combinada com a alta de Flávio sugere mais do que ruído estatístico: há sinal de desgaste do governo. A desaprovação majoritária e a avaliação negativa do governo criam terreno para voto punitivo. O empate técnico decorre menos de ‘onda nova’ e mais da soma entre custo de governo e consolidação do campo adversário. O índice de aprovação do governo tem caído pela pesquisa.”

Wittenberg observa que o cenário empurra a eleição para o eleitor mediano: “O avanço consistente de Flávio indica sobretudo coordenação do eleitorado bolsonarista em torno de um nome viável. É típico de contextos polarizados.”